

ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

LEI Nº 224/95

QUE CRIA O PROGRAMA SAÚDE-ESCOLA, DESTINA  
DO A ATENDER A COMUNIDADE ESTUDANTIL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL COM  
MAIS DE 500 (QUINHENTOS) ALUNOS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO ART. 85, IV E ART. 96, § 5º DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE SANTANA, PROMULGA O SEGUINTE:

Art. 1º - Fica criado o Programa Municipal de Assistência à Saúde do Escolar, denominado SAÚDE-ESCOLA, destinado à prestação de atendimento sócio-médico-odontológico à todos os alunos das escolas municipais que tenham efetivamente matriculados 500 (quinhentos) ou mais alunos em seus quadros.

Art. 2º - O Programa SAÚDE-ESCOLA visa assegurar a prestação de serviços de saúde e assistência psíquica-social aos alunos dos estabelecimentos credenciados, com atendimento direto e permanente na própria escola e contará com os serviços dos seguintes profissionais:

- I - Médico, com especialidade em clínica-geral;
- II - Dentista;
- III - Assistente Social e
- IV - Psicólogo.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal, através das Secretarias Municipais de Educação e Saúde, conjuntamente e sob a coordenação da primeira, tomará todas as medidas e providências necessárias à implantação do SAÚDE-ESCOLA na rede municipal de ensino, priorizando permanentemente para seu funcionamento e constante manutenção.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Poder Executivo Municipal, durante a elaboração dos Planos Orçamentários do Município e de investimentos, destinará e garantirá recursos necessários ao efetivo funcionamento do programa.

Câmara Municipal de Santana

Aprovado em 2ª. discussão

UNANIMIDADE

Em 01 / 11 / 94

Presidente



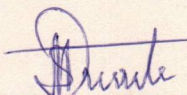
Art. 4º - Ficam as Secretarias Municipais de Educação e Saúde, sob a coordenação da primeira, encarregadas da elaboração do regulamento de funcionamento do programa SAÚDE-ESCOLA, normatizando sobre as ações, serviços, metas, objetivos, assim como sobre a supervisão, controle da qualidade dos serviços prestados e demais diretrizes do mesmo, apresentando relatórios periódicos e quando solicitados aos Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Saúde, Conselhos Escolares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e Câmara Municipal.

Art. 5º - Os recursos necessários à aplicação da presente Lei serão os alocados nos planos orçamentários do Município, aqueles previstos na legislação em vigor para manutenção e desenvolvimento do ensino, os decorrentes de convênios, acordos e contratos firmados pelo município para a finalidade e os oriundos de repasses de programas da União ou do Estado para serem aplicados na educação, saúde e assistência à criança e adolescente.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para efeito de celebração de convênios, contratos ou acordos objetivando a finalidade desta Lei, fica o Poder Executivo já devidamente autorizado à firmá-lo, inclusive com entidades internacionais.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO AMAZONAS, SEDE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM 09 DE  
FEVEREIRO DE 1995.

  
MIGUEL DUARTE  
PRESIDENTE



RESIDENTE  
MIGUEL MARTE

PALÁCIO AMAXONAS, SEDE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM 02  
FEVEREIRO DE 1955.